

Luiz Césio Caetano assume presidência da Firjan



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Em cerimônia com a participação do vice-presidente, Geraldo Alckmin, o novo presidente da federação destacou questões que precisam ser priorizadas para aumento da produtividade da indústria e desenvolvimento socioeconômico do estado e do país

Em cerimônia realizada nesta segunda-feira (14), o empresário Luiz Césio Caetano, acionista da Sal Cisne e 1º vice-presidente da Firjan na gestão de Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, assumiu a presidência da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro pelos próximos quatro anos, até 2028. Também tomaram posse as novas diretorias da federação e do Centro Industrial do Rio de Janeiro (Cirj) - eleitas em 19 de agosto e compostas por lideranças empresariais de todas as regiões do estado do Rio de Janeiro.

No discurso de posse, Caetano destacou questões que precisam ser priorizadas para o aumento da produtividade da indústria e o desenvolvimento socioeconômico do estado e do país: gestão pública eficiente; mão de obra qualificada; transição, integração e eficiência energética; infraestrutura; e segurança pública.

Ele detalhou problemas relacionados a cada um dos pontos e falou sobre a atuação da Firjan. "Vamos trabalhar para contribuir no enfrentamento a essas questões, sempre atuando de forma efetiva e incansável pela defesa de interesses da nossa indústria, numa Firjan ainda mais ágil, dinâmica, participativa, propositiva e inovadora", pontuou o novo presidente da federação.

Atuando há 50 anos na indústria fluminense, desde 2023 Caetano é diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), onde também é vice-presidente do "Conselho Temático do Micro, Pequena e Média Empresa" e participa do "Grupo de Trabalho de Combate ao Brasil Illegal", criado por sugestão da Firjan. Ao passar o cargo, Gouvêa Vieira falou sobre o futuro da federação.

"Caetano é uma liderança empresarial das mais competentes que temos. É incansável na atuação em prol da defesa da indústria e tem enorme conhecimento sobre o cenário do setor no estado do Rio de Janeiro, o que, certamente, vai contribuir para o fortalecimento ainda maior da atuação da Firjan na representação empresarial", disse Eduardo Eugênio, que ficará à frente do Conselho de Representantes da Firjan.

Em seu discurso, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, celebrou a importância da indústria para o país. "A Nova Indústria Brasil tem alicerces na inovação, sustentabilidade e competitividade. Estamos promovendo medidas de estímulos ao setor que já estão tendo resultados positivos para a economia. E continuamos à disposição da Firjan para trabalharmos juntos para fazer a indústria crescer ain-



O novo presidente da Firjan, Luiz Césio Caetano cumprimentando o vice-presidente, Geraldo Alckmin. Entre os dois, Eduardo Eugênio que assume a presidência do Conselho da Firjan



O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, e Serviços, Geraldo Alckmin, durante discurso na solenidade de posse



Eduardo Eugênio Gouvêa assume agora a presidência do Conselho de Representantes da Firjan



O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, e Serviços, Geraldo Alckmin, durante discurso na solenidade de posse



Eduardo Eugênio recebendo a medalha da CNI, que havia sido homenageado, mas não tinha recebido



Na sala vip o vice-presidente, Geraldo Alckmin, conversou animadamente e chegou a contar piadas



Na sequência, Andréia Repsold; Kátia Caetano e Carla Pinheiro

da mais", destacou o também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que ressaltou o legado de Eduardo Eugênio e desejou sucesso a Caetano na jornada à frente da Firjan.

O novo presidente da Firjan também falou sobre fatores externos que impactam o Brasil, como a tensão no Oriente Médio, a guerra entre Rússia e Ucrânia, além da guerra comercial entre Estados Unidos e China. "Promover encadeamentos

produtivos locais pode contribuir para diminuir a dependência de cadeias globais, cada vez mais afetadas por conflitos em escala mundial como os que vivemos neste momento", disse Caetano, que citou também as incertezas sobre as políticas econômicas que serão adotadas pelos Estados Unidos após as eleições, em novembro, e, ainda, a crise climática e a necessidade de responsabilidade nas decisões para a construção de um mundo mais sustentável.



O presidente Luiz Césio, ao centro, com Andréia Repsold (e), presidente do LIDE RJ; e Carla Pinheiro (d)

PINGA-FOGO

■ RITUAL DA SOBERANIA - O TJRJ mandou um recado, principalmente, para aqueles que integrarão as próximas quatro listas sextuplas de candidatos a desembargador pelo quinto constitucional: aquele que se colocar como já pré-aprovado e como clima de 'já ganhou' corre o risco de ser eliminado na redução da lista sextupla para a lista triplíce. A casa é soberana e não há espaço para preferidos.

■ RITUAL DO RESPEITO - Foi feito um ritual de respeito entre os Poderes após a votação no TJ. O presidente Ricardo Cardozo compareceu à posse da Firjan e, logo depois, foi ao Palácio Laranjeiras levar em mãos a lista triplíce com os nomes de Renata Maria Nicolau Cabo, com 122 votos, Guilherme Braga Peña de Moraes, com 108 votos, e Juan Luiz Souza Vazquez, com 102.

■ RITO SUMÁRIO - O governador Cláudio Castro, ao receber a lista, decidiu imediatamente pelo nome da procuradora Renato Cabo, que participava pela segunda vez da triplíce. Ele acatou a sinalização do TJ por ser ela a mais votada e pelo fato de ser mulher. Há um compromisso do governador em aumentar a participação feminina no comando de funções públicas relevantes. Do próprio Laranjeiras ele ordenou a publicação do Diário Oficial em edição extra.

■ POSSE MARCADA - A nova desembargadora Renata Cabo foi recebida no Palácio Laranjeiras pelo governador e pelo presidente do TJ que definiram que a posse solene será na próxima segunda, dia 21, às 17h, no Plenário des. Estênio Cantarino Cardozo.

■ PRIMEIRO PASSO - A eleição no TJ seguiu já o novo quorum. Renata Cabo atingiu logo o número de votos necessários e os escrímos continuaram com os demais candidatos. Só na quarta votação foram escolhidos Guilherme Braga Peña de Moraes, com 108 votos; e Juan Luiz Souza Vazquez, com 102. Para Guilherme e Juan, dois jovens integrantes do Ministério Público, a inclusão dos seus nomes na lista triplíce foi uma vitória e pavimentou um horizonte futuro promissor.

■ FESTA CANCELADA - Tem secretário novo revendo as escolhas para comemorar o seu aniversário. Uma festa agendada na casa de uma querida figura foi abortada pela máxima da mulher de César. As luzes do compliance acenderam.

■ VICE FELIZ - O vice-presidente, Geraldo Alckmin, estava sorridente e brincalhão na festa de posse da Firjan. Fez piadas e estava super descontraído. Ele deve ser o único do núcleo duro do governo com o humor em alta depois das eleições do último dia 06.

■ ALINHANDO O FUTURO - O deputado estadual Munir Neto se reuniu nesta segunda-feira (14) com o prefeito de Resende, Diogo Balieiro, e o prefeito eleito de Itatiaia, Kaio do Diogo Balieiro, para um encontro na casa de seu irmão e prefeito reeleito de Volta Redonda, Antônio Francisco Neto - que, inclusive, deixou de lado até mesmo seu tradicional almoço árabe para recebê-los. O menu foi bife com batata frita, mas a pauta foi fortalecer as alianças e mover articulações sobre o futuro da região Sul Fluminense. Munir fez questão de destacar o trabalho de Diogo e Kaio na região das Agulhas Negras e reafirmou seu compromisso em ajudá-los com seu mandato na Alerj. A reunião contou ainda com a presença do secretário de Governo de Resende, Elio Rodrigues, e do vereador eleito de Itatiaia, Victor Alexandre.

Fernando Molica

O apagão é de todos

O que foi dito lá no início da epidemia de dengue sobre o Aedes aegypti precisa ser repetido agora em relação ao que ocorre em São Paulo: não importa se o apagão é federal, estadual ou municipal, ele é de todos. Todas as instâncias de poder falharam ao não agirem para evitar o novo caos na maior cidade do país.

A lista não ficaria completa sem a presença da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que, assim como outros pares — em especial a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) — demonstra muita compreensão com empresas que deveria fiscalizar, no caso, a Enel.

A propalada independência dessas agências reguladoras não pode ser garantia de impunidade; essa autonomia não se coloca acima dos poderes. E, por falar em

poder, cabe ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, fazer o controle externo das agências reguladoras.

O diretor geral da Aneel, Sandoval de Araujo Feitosa Neto, foi nomeado em agosto de 2022 por Jair Bolsonaro, mas isso não exime o atual governo de pressioná-lo. Ontem, a Controladoria-Geral da União abriu uma sindicância contra a agência — a iniciativa é bem-vinda, mas chegou atrasada.

Governador de São Paulo e defensor intransigente das privatizações, Tarcísio de Freitas (Republicanos) não desferiu na Enel e na Aneel as vigorosas marteladas com as quais comemorou a licitação de um trecho do Rodoanel.

Não importa que a concessão seja fede-

ral e que a pode de árvores deveria ter sido feita pela prefeitura, comandada por um aliado — ele foi eleito para cuidar da população do estado, não poderia se otimizar.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) não fez o básico: cuidar de árvores, podá-las e, mesmo, em situações mais emergenciais, remover algumas delas.

O novo apagão reforça a necessidade de se repensar o processo de privatizações. Não que deva ser interrompido, em tese não cabe ao Estado cuidar da distribuição de energia elétrica. Mas, como poderes concedentes, os governos não podem agir de maneira irresponsável deixando que empresas, na ânsia de reduzir custos e de produzir superávit, sejam negligentes com a qualidade de serviços, muitas vezes, essenciais.

É fácil lucrar demitindo profissionais

qualificados e repassando para mãos terceirizadas tarefas ligadas diretamente a atividade-fim de uma empresa. Não é correto que governantes exaltem os prodígios econômicos de companhias privatizadas sem levarem em conta a qualidade dos serviços prestados.

É preciso também repensar o modelo das agências reguladoras. A existência de mandatos para seus diretores foi essencial para que a Anvisa tomasse, durante a pandemia, decisões que contrariavam o então o presidente da República.

Há alguns meses, o mesmo diretor geral da agência, Antônio Barra Torres, valeu-se de sua independência para responder ao presidente Lula (PT), que reclamara de uma suposta demora na aprovação de medicamentos.

Mas o Estado não pode repassar pode-

res praticamente infinitos a ninguém. Não é razoável que o diretor geral da ANS, Paulo Rebello, declare, como fez em entrevista a O Globo, esperar "um pouco mais de transparência" de operadoras de planos de saúde coletivos. Como esperar algo de um universo opaco, que, a cada ano, impõe aumentos sem dar ao trabalho de dizer de onde vieram os números (como o próprio Rebello admitiu).

Criadas no governo Fernando Henrique Cardoso em consequência do programa de privatizações, agências reguladoras passaram, em muitos casos, a demonstrar independência em relação aos consumidores. É preciso criar mecanismos para que seus diretores não se comportem como representantes de quem deveriam fiscalizar.